RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 22/07/2026 | aceito: 25/07/2026 | publicação: 28/07/2026

A Amplitude do Conceito de Tecnocracia em Políticas Públicas de Fundo Econômico em uma Perspectiva de Norberto Bobbio

The Scope of the Concept of Technocracy in Public Policies With an Economic Focus From Norberto Bobbio's Perspective

La Amplitud del Concepto de Tecnocracia en las Políticas Públicas de Carácter Económico Desde la Perspectiva de Norberto Bobbio

Lúcia Helena Martins de Jesus – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), luciahelenam@hotmail.com

Resumo: Norberto Bobbio articula em seu livro O Futuro da Democracia, que "tecnocracia e democracia são antitéticas", pois, se a "democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos podem decidir a respeito de tudo", a tecnocracia, ao contrário, "pretende que sejam convocados para decidir apenas aqueles poucos que detêm conhecimentos específicos".
Neste contexto, pretende-se, no presente artigo, inicialmente, apresentar uma breve contextualização das ideias desenvolvidas por Bobbio a respeito da democracia, seus paradoxos, obstáculos e promessas não cumpridas.
A partir deste ponto, contextualizar de forma mais aprofundada as dificuldades e perspectivas do aspecto da tecnocracia na percepção do modelo democrático de uma sociedade, para então analisar como a tecnocracia se apresenta de forma bastante intensa nas políticas públicas ligadas a aspectos econômicos na sociedade contemporânea e como o afastamento da percepção de controle democrático de decisões de cunho econômico pode ser, por si só, uma ameaça à própria democracia.

Palavras-chave:
Bobbio. Democracia. Tecnocracia. Políticas Públicas.

Abstract: In his book The Future of Democracy, Norberto Bobbio argues that "technocracy and democracy are antithetical", for while "democracy is based on the assumption that everyone can decide on everything", technocracy, on the contrary, "assumes that only those few who possess specific knowledge should be called upon to decide".
In this context, this article aims, initially, to present a brief overview of the ideas developed by Bobbio regarding democracy, its paradoxes, obstacles, and unfulfilled promises.
From this point, to provide a more in-depth analysis of the difficulties and perspectives of technocracy in the perception of a society's democratic model, and then analyze how technocracy is present in a very intense way in public policies related to economic aspects in contemporary society and how the distance from the perception of democratic control over economic decisions can, on its own, be a threat to democracy itself.

Keywords:
Bobbio. Democracy. Technocracy. Public Policies.

Resumen: Norberto Bobbio articula en su libro El futuro de la democracia, que "la tecnocracia y la democracia son antitéticas", porque si "la democracia se basa en la hipótesis de que todo el mundo puede decidir sobre todo", la tecnocracia, por el contrario, "pretende ser llamada a decidir solo a aquellos pocos que tienen conocimientos específicos".
En este contexto, se pretende, en este artículo, inicialmente, presentar una breve contextualización de las ideas desarrolladas por Bobbio sobre la democracia, sus paradojas, obstáculos y promesas incumplidas.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 22/07/2026 | aceito: 25/07/2026 | publicação: 28/07/2026

Desde este punto, contextualizar de manera más profunda las dificultades y perspectivas del aspecto de la tecnocracia en la percepción del modelo democrático de una sociedad, para luego analizar cómo la tecnocracia se presenta de una manera muy intensa en las políticas públicas vinculadas a los aspectos económicos de la sociedad contemporánea y cómo la eliminación de la percepción del control democrático de las decisiones económicas puede ser, en sí misma, una amenaza para la democracia misma.

Palabras clave:
Bobbio. Democracia. Tecnocracia. Políticas Públicas.

1. Introdução

O filósofo italiano Norberto Bobbio abordou a democracia de forma analítica, destacando ao longo de sua produção a relevância do caráter procedimental desse regime de governo, com destaque para sua obra "O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo". A democracia é descrita como um método de governo que contempla a participação ampla dos interessados na formação de decisões coletivas, em que Bobbio salienta a importância de princípios como sufrágio universal, direitos civis, decisões por maiorias e proteção dos direitos das minorias como elementos essenciais da democracia. Contudo, ele identificou seis promessas não cumpridas pelo sistema democrático, apontando obstáculos como o aumento das demandas advindo da emancipação da sociedade civil, o crescimento do aparato burocrático e o surgimento de problemas políticos que exigem competências técnicas, levando à ascensão da tecnocracia como uma antítese à democracia na sociedade contemporânea, onde especialistas passam a ter protagonismo em detrimento do cidadão comum.

A interação entre tecnocracia e democracia levanta questões cruciais sobre o poder dos tecnocratas, que muitas vezes influenciam as decisões políticas com base em uma suposta consultoria técnica despolitizada. Esse deslocamento progressivo do poder dos líderes políticos para os especialistas técnicos pode comprometer a representatividade democrática, minando a confiança no sistema democrático.

A pergunta que permeou este artigo é: seriam as questões econômicas ainda mais propensas a minar a democracia? O crescente destaque da área econômica em relação à tecnocracia reflete a complexidade dos desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas. A ênfase em decisões técnicas, amplamente divulgadas como únicas e objetivamente corretas, acaba afastando-se do escrutínio e participação populares, o que pode representar não apenas um obstáculo, mas também uma ameaça à democracia.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 22/07/2026 | aceito: 25/07/2026 | publicação: 28/07/2026

O embate entre a abordagem técnica e a esfera política ressalta a importância de se refletir sobre a complexa relação entre economia, tecnocracia e democracia, especialmente diante dos desafios significativos que essa interação apresenta nas sociedades contemporâneas e em tempos de crise democrática como os atuais.

2. A Democracia Segundo Norberto Bobbio

Norberto Bobbio foi um autor que tratou o tema de democracia de uma forma analítica, sendo a democracia um de seus grandes temas. Em sua obra O Futuro da Democracia – Uma defesa das regras do jogo, o filósofo avisa que não pretende fazer qualquer aposta sobre o futuro (BOBBIO, 2023, p. 65). O seu intento foi o de fazer uma reflexão sobre o estado atual e as contradições dos regimes democráticos.

Para ele, a democracia, em sua essência, é um sistema de governo que inclui um conjunto de diretrizes para a elaboração de decisões em grupo, permitindo e incentivando a ampla participação das partes envolvidas.

O texto foi escrito por Bobbio em 1984, e tinha por objetivo uma reflexão sobre as transformações da democracia, tendo em vista que, em sua opinião, não se tratava de um regime que gozava de “ótima saúde”, embora não estivesse “à beira do túmulo” ((BOBBIO, 2023, P. 23).

Enquanto o filósofo indica que o despotismo é um regime estático, igual em si mesmo, a democracia se apresenta como uma forma de governo dinâmica.

Um aspecto a ser ressaltado nos apontamentos de Bobbio sobre a democracia é a essencialidade dada por ele ao seu caráter procedimental, em que existe um conjunto mínimo de regras, que são a essência para que o regime democrático seja entendido como tal. O mais importante não é a moralidade destas regras ou o conteúdo do que dela advém, mas sim o procedimento em si, em uma descrição mais comportamental do que substantiva.

Pode-se retirar de seus escritos quatro critérios principais que definem o que deve ser a democracia (ANDERSON, 1989, p. 28), o primeiro deles, o sufrágio adulto, igual e universal, em que o direito ao voto é o mais amplo possível, com todos os votos com pesos iguais; em segundo, os direitos civis que assegurem a livre expressão de opiniões e a livre organização das correntes de opinião, em que todos sejam livres para votar, com sua opinião livremente formada e escolha possível entre diversas soluções diferentes. Além destes, as decisões tomadas por maiorias numéricas, mesmo que possa haver diferentes tipos de maioria (simples, qualificada,

por exemplo) para aprovação de medidas diversas e por fim, a garantia de que os direitos das minorias estejam protegidos de qualquer abuso por parte da maioria.

Segundo Bobbio,

> [...] todas estas regras estabelecem como se deve chegar à decisão política e não o que decidir. Do ponto de vista do que decidir, o conjunto de regras do jogo democrático não estabelece nada, salvo a exclusão das decisões que de qualquer modo contribuiriam para tornar vãs uma ou mais regras do jogo . (BOBBIO et al., 1998, p. 327)

Sua ideia é a defesa de uma definição mínima de democracia, centrada em um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados (BOBBIO, 2023, p. 35-39).

A função essencial desta democracia é assegurar a liberdade negativa dos cidadãos em relação à possível prepotência do Estado. Haveria um núcleo irredutível do Estado constitucional, em que de um lado, há direitos civis a nível do indivíduo e de outro, uma assembleia representativa à nível de nação (ANDERSON, 1989, p. 28-31).

Para Bobbio, a única democracia possível seria a democracia liberal representativa ou indireta, apesar do fetiche que se tem pela democracia direta que, no pensamento do filósofo, é impraticável diante da complexidade das sociedades modernas.

É neste amplo contexto que o autor faz uma reflexão sobre o contraste entre os ideais democráticos e o que pode ser chamado de “democracia real”, destacando as diferenças entre o que foi prometido pelos regimes democráticos e o que foi, por eles efetivamente realizado. O projeto de democracia teria sido concebido como nobre e elevado, mas imaginado para uma sociedade muito menos complexa do que a atual. Bobbio trata de seis promessas que não foram cumpridas (BOBBIO, 2023, p. 41-68).

2.1 Os Paradoxos e Obstáculos Enfrentados Pela Democracia

A primeira das promessas não cumpridas, segundo Bobbio foi o nascimento da sociedade pluralista. Se a ideia inicial era um sociedade fundada na “concepção individualista da sociedade” em que a sociedade política é um produto artificial da vontade dos indivíduos, o que predomina e apresenta um protagonismo são os grupos e não os indivíduos. A segunda foi o que ele chamou de “revanche dos interesses” – há uma presença disseminada dos mandatos imperativos, em que o representação política é, na verdade, uma representação de interesses.

A persistência das oligarquias é a terceira promessa não cumprida segundo Bobbio. O princípio inspirador do pensamento democrático foi a liberdade como autonomia, sendo a

democracia representativa uma primeira renúncia a esta autonomia. Os governos democráticos hoje não tem uma ausência de elites, mas sim, a presença de muitas elites em concorrência entre si para a conquista do voto popular.

A promessa da democracia era que houvesse um aumento não só no número dos que têm o direito de participar nas decisões, mas também que houvesse um aumento nos espaços nos quais se poderia exercer este direito, mas o que se veria atualmente é o que ele chamou de espaço limitado, com uma diminuição nos espaços em que as decisões democráticas pudessem ser exercidas.

O poder invisível seria a quinta promessa não cumprida, já que ao lado de um estado visível existiria sempre um estado invisível, que se oporia a promessa da transparência do poder. Segundo Bobbio, o perigo atual estaria no fato que a "computadorcracia" permitiria que o governante tivesse o controle dos governados.

Por fim, a sexta promessa não cumprida estaria na existência do cidadão não educado. A promessa é que a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática, mas os governantes preferem os cidadãos passivos. Atualmente, estaria cada vez mais comum o fenômeno da apatia política, que chega a envolver cerca de metade daqueles dos que têm direito ao voto.

Todas estas promessas não foram cumpridas em razão de obstáculos não previstos ou surgidos a partir da transformações da sociedade civil. O primeiro destes obstáculos foi uma certa emancipação da sociedade civil do sistema político, que trouxe a reboque uma fonte inesgotável de demandas para as quais o governo deve dar uma resposta adequada. A rapidez e a quantidade destas demandas faz com haja um constante descompasso entre expectativas e o atendimento, gerando uma permanente "conflitualidade social" (CADERMARTORI, 2017, p.28). O poder democrático tende a ser fragmentado e de difícil composição, sendo este conflito em geral maior nos regimes democráticos do que nos regimes autocráticos.

Um segundo obstáculo apontado por Bobbio são os decorrentes do vasto aparato burocrático, que se ordena hierarquicamente em direção oposta ao sistema de poder democrático. Este obstáculo é quase que uma consequência ao primeiro obstáculo acima descrito. O aumento de demandas por parte da sociedade civil faz com o Estado, na tentativa de atendê-las, tenha que aumentar o seu aparato burocrático. Em outras palavras, para que o Estado execute e concretize a "vontade do povo", há a necessidade de se montar uma organização autocrática, com agentes especializados e nomeados pelo poder.

Passa-se então ao terceiro obstáculo, sobre o qual iremos nos deter mais detalhadamente adiante. O surgimento de problemas políticos que requerem competências técnicas, que chamam pelos experts, os especialistas que são os únicos capazes de tomar as decisões. Tem-se então a tecnocracia, o governo dos técnicos, a verdadeira antítese à democracia. Nas palavras de Bobbio:

> Tecnocracia e democracia são antitéticas: se o protagonismo da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão comum. A democracia sustenta-se sobre a hipótese de que todos podem decidir a respeito de tudo. A tecnocracia, ao contrário, pretende que sejam convocados para decidir apenas aqueles poucos que detêm conhecimentos específicos. (BOBBIO, 2023, p. 59)

3. Tecnocracia – Dificuldades e Percepções

Neste ponto, é fundamental aprofundarmo-nos nos detalhes do significado da tecnocracia nas sociedades democráticas contemporâneas. Um aspecto crucial a ser considerado é o crescimento e a relevância atribuída às decisões técnicas.

Com a expansão do sufrágio universal e o inevitável aumento das demandas sociais, observa-se uma consequente hipertrofia do aparelho estatal para atender tais demandas, buscando promover o bem-estar e a segurança sociais, que, ironicamente, parecem se distanciar à medida que novas demandas surgem. Embora não nos aprofundemos aqui no paradoxo da inalcançabilidade das demandas sociais à medida que a democracia progride, é inegável que o Estado democrático tende a se expandir na busca por atender tais demandas.

Nas sociedades contemporâneas, cada vez mais problemas surgem com soluções que parecem sempre demandar uma expertise técnica, sendo esta necessidade muitas vezes transferida para o âmbito estatal. Um dos principais desafios destas sociedades é que elas se tornariam excessivamente complexas para serem governadas exclusivamente pela participação direta do povo, o que por vezes faz com que o ato de governar vá se aproximando de uma tecnocracia. Nesse contexto e em uma sociedade em que os avanços tecnológicos tornam as funções estatais cada vez mais complexas e especializadas, surge uma lacuna entre a alegada incompetência da maioria dos cidadãos e as habilidades dos poucos que possuem o conhecimento técnico necessário para lidar com essas questões. A gestão eficaz dessas sociedades requer uma combinação de uma "classe política" e uma classe de especialistas técnicos e científicos que possuam o conhecimento necessário para gerir uma máquina estatal cada vez mais diversificada e interconectada, o que faz com que nas sociedades modernas

tenhamos uma elite formada predominantemente por técnicos. O risco aqui é que essa administração dominada exclusivamente por especialistas represente a exclusão da voz e dos interesses da maioria, resultando em um distanciamento da população em relação às decisões que impactam suas vidas.

Uma das ramificações decorrentes desse desequilíbrio é um isolamento dos tecnocratas, em que a maioria da população, ao perceber que esse fosso resulta em sua incapacidade de influenciar efetivamente as tomadas de decisão, pode se colocar em uma posição de certo desinteresse político e desconfiança no sistema. A percepção geral de que a administração pública constitui um grande bloco de poder, hierárquico e burocratizado - algo quase inevitável em uma sociedade complexa - nutre a ideia de que não há possibilidade de controle democrático sobre essa administração. A crença de que apenas os especialistas têm capacidade para participar desta administração surge como um enorme desafio para a participação e a legitimidade democrática de uma sociedade.

Essa dinâmica pode alimentar um sentimento de desengajamento cívico entre os cidadãos comuns, que se veem afastados das decisões que impactam suas vidas. O distanciamento entre os tecnocratas e a maioria da população pode não apenas minar o sentimento de pertencimento e representatividade, mas também corroer a confiança no sistema democrático em si.

É justamente nesse ponto que surge o obstáculo previsto por Bobbio, ao confrontar a tecnocracia, que talvez tenha uma parcela inevitável na sociedade moderna, com a democracia, que preconiza a tomada de decisões baseada na experiência e não estritamente no conhecimento - indo ao limite da ideia de que tudo deve ser decidido pelo coletivo. Existe a percepção de que à medida que as decisões se tornam mais técnicas, elas também se tornam menos políticas, afastando-se progressivamente da soberania popular.

Mas de onde provém o poder dos tecnocratas? Os tecnocratas detêm o poder de influenciar as decisões políticas a partir de um lugar de consultoria técnica, que supostamente estaria emancipado das questões políticas, priorizando a tomada de decisão despolitizada e baseada exclusivamente na competência. Nesse contexto, a tecnocracia leva a um esvaziamento do papel dos líderes na administração pública em favor dos especialistas, visto que estes passam a ocupar o espaço dos políticos. As decisões de natureza política, que são naturalmente subjetivas e discricionárias, cedem terreno a uma abordagem que está teoricamente calcada em cálculos e previsões científicas, livre de qualquer viés discricionário.

Este ponto, principalmente quando se trata de aspectos relacionados a políticas públicas relacionados à economia tendem a tensionar, como se verá, sobremaneira a democracia.

4. A Amplitude da Noção de Tecnocracia em Áreas de Políticas Públicas Econômicas

Nesse cenário, a área econômica assume um papel cada vez mais proeminente em relação à tecnocracia. A complexidade surge em grande parte devido à constante influência, e sempre camuflada, da visão ideológica sobre a perspectiva crítica e científica. Aqueles que colocam a economia em destaque tendem a encarar a tecnocracia como uma alternativa ao poder, em que a eficiência e competência dominam em detrimento da esfera política, vista por eles como um centro de incompetência e ineficácia. Essa dinâmica revela um aparente conflito entre a abordagem técnica e a arena política, sugerindo uma tensão entre diferentes formas de governança e tomada de decisões.

Conforme destacado por Bobbio, a democracia surge quando os problemas sociais podem ser abordados por governos eleitos de maneira livre. Nesse contexto, fica muito clara a importância de que a vida política, que é permeada por conflitos, tenha mecanismos flexíveis e adaptáveis para lidar com a diversidade de interesses e opiniões presentes na sociedade (CADERMARTORI, 2017, p. 39-40).

Por outro lado, é intrigante observar como Bobbio, ao longo de sua obra, ponderou sobre a possibilidade de estender os princípios democráticos para a esfera econômica da sociedade. Ele muitas vezes demonstrou um tom pessimista em relação à viabilidade e eficácia da democracia nesse contexto específico, pela complexidade das relações econômicas, mas também pela concentração de poder e recursos, e pela própria dinâmica inerente ao modelo capitalista. (BRANDÃO, 2013, p. 172)

As reflexões de Bobbio, apresentadas neste artigo, extraídas de sua obra “O Futuro da Democracia – uma defesa das regras do jogo", foram em grande parte elaboradas na década de 80, período marcado por uma significativa transformação nas teorias econômicas impulsionada pelo neoliberalismo. Naquela época, ideias como eficiência, meritocracia, individualismo, equilíbrio e outras ainda não haviam sido distorcidas da maneira como vemos atualmente em diversas esferas da vida contemporânea, desde as relações de trabalho e política até os aspectos mais corriqueiros do cotidiano. Os princípios tecnocráticos também não escaparam dessa transformação, na qual muitas decisões tidas como técnicas se aproximam cada vez mais de uma visão unicamente neoliberal.

A influência do neoliberalismo moldou não só as práticas econômicas, mas também a percepção e aplicação de conceitos fundamentais em várias áreas da sociedade. A valorização exacerbada da eficiência e da competição, a ênfase na busca pelo lucro e na maximização dos

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 22/07/2026 | aceito: 25/07/2026 | publicação: 28/07/2026

interesses individuais em detrimento do bem comum, são reflexos claros desse contexto neoliberal. Essas transformações ecoaram no âmbito tecnocrático, onde as decisões técnicas muitas vezes refletem uma perspectiva alinhada com os pilares neoliberais de mercado e desregulamentação.

No entanto, na esfera econômica em particular, é comum encontrar uma vestimenta tecnocrática que enfatiza a necessidade da prevalência de um suposto aspecto técnico e neutro. Para a tecnocracia, é crucial manter uma imagem de imparcialidade e desvinculação de qualquer ideologia, por mais paradoxal que essa afirmação possa parecer. Os tecnocratas buscam a justificativa de que seu objetivo principal é buscar a "eficiência sistêmica". Miguel Angel Centeno, em seu artigo The New Leviathan: the Dynamics and limits of Technocracy afirma que

Podemos definir uma ideologia tecnocrática? Provavelmente os tecnocratas negariam qualquer lealdade a um dogma específico além da busca pela eficiência sistêmica. Eles afirmariam que suas recomendações lidam apenas com os meios para atingir fins que são definidos em arenas políticas fora de seu controle. Se os tecnocratas reconhecem e apoiam uma ideologia, é uma rejeição das restrições ideológicas. (CENTENO, 1993, p. 311)

Essa crença é sustentada pela premissa (falsa) de que existe um método puramente científico por trás da escolha de soluções para problemas econômicos, e que esse método é realista, racional e eficiente. A crença subjacente é que, diante de determinados desafios, só existe uma resposta - a melhor solução possível. Essa mentalidade busca legitimar a autoridade dos tecnocratas e sua capacidade de tomar decisões com base em uma suposta objetividade e expertise técnica, desconsiderando, em muitos casos, a multidimensionalidade e complexidade intrínsecas aos problemas econômicos.

A busca pela eficiência e pela solução considerada ótima, elegível pela ótica técnica, muitas vezes obscurece as nuances políticas, sociais e éticas envolvidas nas decisões econômicas. A aparente neutralidade da tecnocracia pode, portanto, mascarar escolhas que refletem interesses específicos, hierarquias de poder e determinadas visões de mundo, contrapondo-se ao ideal de objetividade. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para questionar e reavaliar o papel da tecnocracia na formulação de políticas econômicas e seu impacto na sociedade como um todo.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O
Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 22/07/2026 | aceito: 25/07/2026 | publicação: 28/07/2026

Nas palavras do sociólogo Miguel Angel Centeno:

> Essa crença é acompanhada pela suposição de que a racionalidade está além do dogmatismo e que a análise científica não conhece ideologia. O adjetivo preferido por líderes e administradores tecnocráticos é "pragmático" (...). A legitimidade tecnocrática é baseada no apelo ao conhecimento científico. Essa afirmação acompanha uma rejeição implícita e frequentemente explícita da "política" como algo ineficiente e possivelmente corrompido. (CENTENO, 1993, p. 313)

O sociólogo americano traz à tona uma comparação intrigante entre a tecnocracia e a teocracia, sugerindo que, de certa forma, ambas possuem semelhanças. Enquanto a teocracia se apoia em uma ideologia dominante e explícita, com sua lealdade ao regime fundamentada em preceitos religiosos, a tecnocracia, de acordo com a definição apresentada, envolve a dominação administrativa e política de uma sociedade por uma elite estatal e instituições aliadas que buscam impor um único paradigma político exclusivo baseado na aplicação de técnicas racionalmente instrumentais. (CENTENO, 1993, p. 314)

Embora seja inegável que a sociedade contemporânea tenha se tornado mais complexa e que a expertise de técnicos e especialistas seja fundamental na formulação de políticas públicas, é crucial não perder de vista o fato de que a definição dos problemas e a percepção da complexidade não são estritamente objetivas, mas sim influenciadas por considerações políticas. Ao adotar a crença de que a solução técnica é neutra e desprovida de viés, na realidade, está-se fazendo uma escolha política ao privilegiar uma determinada abordagem em detrimento de outras possíveis. A aparente neutralidade da tecnocracia pode, de certa forma, mascarar o viés político subjacente às decisões técnicas.

Novamente, trazemos a conclusão de Miguel Centeno:

> A transformação de uma decisão "política" em uma decisão "técnica" pode ter menos a ver com a complexidade inerente do assunto e mais a ver com os interesses daqueles que se beneficiam com a exclusão daqueles que não mais conseguem participar. Enquanto a influência técnica aumentará em resposta à mudança tecnológica, o controle tecnocrático será uma função da capacidade de uma elite ou de um conjunto de instituições de limitar a participação àqueles fluentes nas linguagens especializadas. (CENTENO, 1993, p. 318)

A aparente objetividade e inquestionabilidade das decisões técnicas tendem a afastá-las de debates mais amplos e a torná-las praticamente imunes a participações populares em larga escala. Ao se proclamarem como soluções legítimas, objetivas e distantes da incerteza inerente à esfera política, as abordagens técnicas acabam se desvinculando do controle democrático inerente a decisões políticas.

Questões econômicas são especialmente capturadas pela tecnocracia. São temas normalmente complexos e áridos para a maioria das pessoas, repletos de terminologias técnicas e conceitos elaborados. Além disso, a esfera econômica é de suma importância para as elites, dado que o controle nesse âmbito é essencial para a manutenção do poder, afinal, é onde “o dinheiro está ".

Contudo, embora a maioria da população possa considerar as discussões econômicas como difíceis, técnicas e inacessíveis, a realidade é que a economia afeta de forma intensa o cotidiano das pessoas. Questões como salários, preços dos alimentos, inflação, aposentadorias, impostos - todas essas têm impactos diretos na vida diária de todos. Mesmo que o aspecto técnico dessas decisões escape à compreensão do público em geral, os efeitos das medidas adotadas pelos especialistas certamente são sentidos na prática pelas pessoas.

A pretensa neutralidade dos tecnocratas na esfera econômica, juntamente com a noção de uma suposta única resposta, racional, correta e eficiente, se esconde por trás de conceitos como equilíbrio fiscal, ajuste das contas, taxas de juros, lei orçamentária, independência do Banco Central, política monetária, política cambial, só para citar alguns. Esses termos frequentemente são apresentados como detentores da única solução técnica e certa, enquanto qualquer outra perspectiva sobre sua aplicação é desqualificada como enviesada, irresponsável, incorreta e motivada por interesses, ignorando que mesmo a suposta unicidade desses conceitos é moldada por interesses, muitas vezes os das grandes elites econômicas.

Essa abordagem nos remete ao início deste artigo, um ponto central levantado por Bobbio: o distanciamento dos técnicos do controle democrático, evidenciando um obstáculo à democracia. E em nossa visão, não apenas um obstáculo, mas também uma ameaça. As dificuldades econômicas são percebidas como uma grande fonte de descontentamento e desamparo, em especial quando as decisões que as moldam não estão sujeitas à discussão e participação democrática. Esse cenário de exclusão pode resultar em um sentimento de frustração que facilmente pode ser explorado por líderes populistas que prometem soluções simplistas e se apresentam como "contra tudo que está aí", afastando ainda mais as pessoas que se encontram em um estado de apatia para um lugar distante da democracia.

Considerações Finais

Diante do contexto atual que vem sendo observado de fragilidade democrática, é fundamental repensar o papel dos especialistas técnicos na formulação de políticas econômicas, promovendo uma maior transparência, inclusão e diálogo com a sociedade. A garantia de que

as decisões econômicas sejam submetidas a um escrutínio democrático e que as múltiplas perspectivas sejam consideradas é essencial para fortalecer a legitimidade das políticas públicas e preservar os princípios democráticos em face das complexidades econômicas contemporâneas

Os escritos de Bobbio sobre o conceito mínimo de democracia, seus paradoxos e obstáculos nos serviram de substrato para que se refletisse sobre a complexa relação entre tecnocracia, democracia e interesses de poder na sociedade contemporânea. A aparente objetividade e neutralidade das decisões técnicas revelam-se muitas vezes como táticas veladas para afastar o controle democrático e perpetuar interesses específicos, desconsiderando a diversidade de perspectivas e a participação efetiva da sociedade. A ascensão da tecnocracia como uma antítese à democracia destaca a importância de questionar e repensar o papel dos especialistas técnicos na formulação de políticas, garantindo transparência, inclusão e diálogo genuíno com a população para preservar os princípios democráticos em meio às complexidades econômicas e políticas atuais. Essa análise crítica evidencia a necessidade de superar os obstáculos identificados, como o distanciamento dos técnicos do controle democrático, a captura da esfera econômica pela tecnocracia e a exclusão da participação popular em decisões que impactam diretamente o cotidiano e bem-estar da sociedade.

A necessidade de um engajamento ativo dos cidadãos, através da promoção de uma política mais transparente e inclusiva, garantindo que as políticas públicas atendam verdadeiramente às necessidades e interesses da coletividade, fortalecendo, assim, os alicerces da democracia.

Referências

ANDERSON, Perry. As afinidades de Norberto Bobbio. Tradução: Heloísa Jahn. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 24, p. 14-41, julho 1989.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 19 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023.301p.

BRANDÃO, Assis. As duas concepções de democracia de Bobbio: a ética e a procedimental. In: TOSI, Giuseppe (Org.). Norberto Bobbio: democracia, direitos humanos, guerra e paz. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 139-196.

CADERMARTORI, Daniela Mesquita Lutchuk. Bobbio e os dualismos democráticos: das demandas da sociedade civil à privatização do público. Revista Aurora, [São Paulo], v. 10, n. 1, p. 21–42, 2017. DOI: 10.36311/1982-8004.2017.v10n1.03.p21. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/7420.. Acesso em: 14 jun 2026.

CENTENO, Miguel Angel. The new leviathan: the dynamics and limits of technocracy. Theory and Society, [S.l.], v. 22 n. 3, p. 307-335, June 1993.

DEMOCRACIA. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. DICIONÁRIO de política. Tradução: Carmen C Varrieli et al.; Coord. Trad. João Ferreira; Rev. Geral: João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v.1. p. 319.

TECNOCRACIA. In: BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. DICIONÁRIO de política. Tradução: Carmen C Varrieli et al.; Coord. Trad. João Ferreira; Rev. Geral: João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. v.2. p. 1233.

TOSI, Giuseppe. A democracia como “forma mista” de governo em Norberto Bobbio. In: TOSI, Giuseppe (Org.). Norberto Bobbio: democracia, direitos humanos, guerra e paz. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 223-248.